

PATRIMONIALISMO E POBREZA: aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI

Bruno Rogens Ramos Bezerra

Bacharel e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Professor Substituto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão/Campus de Grajaú.
brunorogens@gmail.com

RESUMO

Este artigo pretende estabelecer uma aproximação conceitual entre a estrutura política no Estado do Maranhão e sua situação social. Para tanto nos valem das contribuições de autores que contribuíram para compreender a formação do estado patrimonial no Brasil e Maranhão. Em seguida estabelecemos uma aproximação entre essa estrutura política e os modelos de desenvolvimento que foram pensados e operados para o país enfocando o papel do nordeste e do Maranhão. Na sequência apresentamos uma síntese dos indicadores sociais maranhenses bem como da situação fiscal do Estado, comparados em relação aos do nordeste e do Brasil para demonstrar os desníveis sociais agudos produzidos pela vigência de um modelo político fundado sobre a constituição de uma estrutura oligárquica com características patrimoniais.

Palavras-chave: Maranhão; Indicadores Sociais; Estrutura Oligárquica; Pobreza.

POVERTY AND PATRIMONIALISM: convergence among the social reality and political structure in the beginning of the XXI century in Maranhão

ABSTRACT

This article aims to establish a conceptual approach between the political structure in the state of Maranhão and their social situation. For this we make use of the contributions of authors who contributed to understand the formation of the equity state in Brazil and Maranhão. Then establish a connection between the political structure and the development of models that were designed and operated to the country focusing on the role of the northeast and Maranhão. Following we present a summary of Maranhão social indicators as well as the Government's fiscal stance compared in relation to the northeast and Brazil to demonstrate the acute social inequality produced by the presence of a political model based on the establishment of an oligarchic structure with equity features.

Keywords: Maranhão; Social Indicators; Oligarchic Structure; Poverty.

INTRODUÇÃO

O Ano de 2015 será lembrado na história política do Maranhão por dois acontecimentos: i) 50 anos de existência da oligarquia Sarney na vida política maranhense e brasileira. ii) Eleição de Flávio Dino governador do Maranhão como candidato de oposição ao esquema Sarney com uma vitória acachapante no primeiro turno com 64% dos votos válidos. Contudo, o fato de maior relevância política, nesta quadra da história, ainda é a situação de miséria simbólica e material que assola o estado do Maranhão e que o faz ser reconhecido nacionalmente como estado-problema. Sarney assumiu o governo em 1966, mas “ganhou”¹ a eleição em 1965, momento registrado pelas imagens do cineasta Glauber Rocha no documentário *Maranhão 66*, que captou a miséria material e simbólica daquele ato. Flávio Dino venceu a eleição em 2014 com a ajuda da internet, das mídias sociais e dos escândalos de corrupção na Petrobrás que atingiram diretamente a imagem do governo do Maranhão e de Roseana Sarney.

Este artigo se propõe a realizar uma reflexão sobre as condições do passado que infligiram no presente a marca do atraso e da miséria política através de um esquema de poder comandado por José Sarney e que tantos problemas causou ao país e ao Maranhão. Esse esquema é uma expressão daquilo que o cientista político Flávio Reis (2007) denominou como *oligarquia*, enquanto um grupo de políticos que exercem as funções de mediação entre as estruturas de poder local/regional e o governo central dentro de uma estrutura social e de poder herdada do período colonial brasileiro. Ao exercerem essa mediação, o grupo opera dentro de uma lógica de defesa de interesses pessoais, familiares e empresariais estritamente ligados aos interesses privados do grupo e de seus associados políticos.

PATRIMONIALISMO E FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL

A categoria *oligarquia* desenvolvida por Reis (2007) insere-se dentro de uma tradição de análise dentro da sociologia política e da ciência política brasileira. Essa tradição gira em torno das contribuições de Raimundo Faoro (2001), Simon Schwartzman (2007), Victor Nunes Leal (2012), Florestan Fernandes (1976) e outros, sobre a constituição de estruturas de poder patrimonialista que se formaram no Brasil no período colonial e que se consolidaram e se reproduziram na história brasileira em praticamente todas as épocas da história política nacional.

¹ “Ganhou” por que são conhecidos os métodos de fraude eleitoral sistemática perpetrados por autoridades eleitorais do estado no que ficou conhecido como *universidade da fraude*. (CABRAL, 2009).

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI
Bruno Rogens Ramos Bezerra**

O caráter inovador com que a análise de Reis (2007) apresenta a categoria *oligarquia* é de suma importância para se pensar tanto a história política brasileira, quanto à reprodução e manutenção de suas estruturas de poder. O ponto nevrálgico de diferença, entre a perspectiva apresentada por Reis e a abordagem usual na sociologia política sobre o tema recai sobre o uso da categoria oligarquia enquanto resultado da tensão, entre um polo privatista, representado pelos grupos políticos locais, e as políticas de centralização pós-revoltas regenciais. Trata-se então de um setor cuja reprodução passará pela junção entre privatismo e estatismo, de forma que no funcionamento dessa estrutura os conflitos familiares, de grupos políticos são mediados e até às vezes sobre determinados pelas ações do governo federal e da armadura institucional republicana do país. Nesse sentido, a rede de relações clientelísticas de poder constituídas pelos grupos de poder privado junto aos espaços institucionais do Estado brasileiro nascente será definidor da formação de estruturas de poder em que a oligarquia política terá papel constitutivo e fundamental na consolidação e desenvolvimento do Estado brasileiro:

No modelo da construção imperial, a armadura institucional centralizada foi definida sem que houvesse uma burocracia verticalizada ou uma cadeia de compromissos de tipo contratual (e não clientelístico) que a sustentasse, favorecendo a constituição de um setor de mediação e abrindo espaço para a formação de grupo políticos oligárquicos estimulados pelo próprio poder central. A estrutura oligárquica teve seus traços formativos definidos entre meados do século XIX e o início do século XX e não será analisada aqui como um entrave (tradicional) à expansão do Estado (moderno), pois ela faz parte da formação da estrutura nacional de dominação. Assim pensada, a oligarquia funcionou como pólo de unificação e não como um resquício do passado condenado ao desaparecimento mais ou menos rápido, é uma peça importante da formação do Estado brasileiro, utilizada instrumentalmente pelo governo central e cujos padrões de atuação marcariam a fundo a experiência política brasileira (REIS, 2007, p. 17-18).

Outro ponto fundamental na abordagem de Reis (2007) é proceder à análise e reprodução da estrutura patrimonial de poder observando a partir de um estudo centrado no caso do Maranhão, uma província periférica do nascente Estado Nacional. Esse *deslocamento do ponto de vista* na análise deste fenômeno é importante por que difere daquela afetada por uma certa experiência concreta de “modernização” que determinadas regiões do país, sobretudo Sul e Sudeste, experimentaram ao promoverem um modelo específico de desenvolvimento econômico e de representação política. Neste sentido, a impressão que se pode ter, a partir do ponto de vista de quem tem experimentado o desenvolvimento econômico enquanto um fenômeno concreto e histórico, é de que os resquícios do passado colonial na estrutura política se tornariam gradativamente peças do passado fadadas ao desaparecimento. Muito diferente de observar a gênese, consolidação e reprodução de uma

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI
Bruno Rogens Ramos Bezerra**

estrutura patrimonial já a partir de um olhar em que a condição periférica e as resultantes disso, saltam aos olhos de quem procede à análise.

No bojo deste deslocamento e, analisando e avaliando a importância da obra *Bases do autoritarismo brasileiro* de Simon Schwartzman para o conjunto desta discussão, o cientista político mineiro Rubens Goyatá Campante (2003) afirma:

É fundamental, para a construção de sua teoria (a de Schwartzman), a análise do que ele chamou de “*padrão de colonização portuguesa*” que se implantou no Brasil. Tal padrão tem como base a dependência externa para associar, de forma aparentemente curiosa, fortalecimento e centralização política, de um lado, e decadência econômica de outro. Some-se a esse receita a atenção ao *problema regional* e tem-se o diagnóstico de Schwartzman: regiões brasileiras como o Nordeste, o Rio de Janeiro e Minas Gerais, que amargaram decadência econômica, vivenciaram, a partir de suas elites, o fortalecimento do patrimonialismo e do sistema político de cooptação autoritária de atores sociais para compensar, extra-econômica, tal decadência; já São Paulo, região pobre e de tradição autonomista em face do poder central, não reconheceu um ciclo econômico de apogeu seguido de decadência, estabelecendo um sistema político de representação classista de atores econômicos no qual o patrimonialismo penetrava com muito menos força. A Questão é que, nacionalmente, o sistema político permaneceu basicamente nas mãos das elites das regiões economicamente decadentes e politicamente patrimonialistas, enquanto a região de economia mais dinâmica, São Paulo, ficou marginalizada politicamente (CAMPANTE, 2003, p. 171).

Neste sentido, a análise da formação, consolidação e desenvolvimento de uma estrutura de poder autoritária, patrimonial e oligárquica a partir do Estado do Maranhão é reveladora de um aspecto não explorado nas obras de referência nacional na sociologia política sobre o tema, a saber, o caráter constitutivo e fundante das estruturas de poder tradicionais que teriam alto impacto na história política brasileira e profunda presença nas instituições e na vida política nacional. Flávio Reis (2007) apresenta esta demarcação da seguinte forma:

Sérgio Buarque de Holanda em sua excelente análise do funcionamento das instituições imperiais, concluiu: “*A verdade é que o império dos fazendeiros, mas agora dos fazendeiros das áreas mais adiantadas, por que os outros vinham perdendo cada vez mais sua importância, só começa no Brasil, com a queda do Império.*” o que teria acontecido então nas áreas pouco desenvolvidas (a grande maioria), que não passavam por um bom momento no conjunto dos sistemas regionais de exportação? A resposta mais comum foi a provável existência de vínculos mais estreitos ainda entre famílias com poder econômico assentado na posse da terra e poder político expresso na posse do aparelho de Estado. Posteriormente Simon Schwartzman chamou atenção para a necessidade de distinguir o padrão de relações que os principais atores sociais têm com o Estado e com a política nas regiões em desenvolvimento e nas regiões tradicionais. Enquanto nestas últimas “*o cargo público era algo para ter e gerir, para aumentar o prestígio e a riqueza do político — uma espécie de patrimônio pessoal*” os outros “*tinham seus próprios patrimônios e estavam interessados em controlar mecanismos de decisão, em poder influenciar as ações governamentais no sentido de facilitar e ajudar na consecução de seus objetivos econômicos próprios e privados*”. Esta observação abre a possibilidade de discutir a natureza dos vínculos entre

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI**
Bruno Rogens Ramos Bezerra

representação política e sociedade na formação da estrutura oligárquica (REIS, 2007, p. 172-173).

Abre-se também a necessidade de levantar a discussão sobre a problemática regional do ponto de vista econômico e do modelo de gestão política e relacioná-la à estrutura de poder oligárquica vigente no Maranhão e suas consequências para a vida política brasileira contemporânea.

PATRIMONIALISMO, MODERNIZAÇÃO E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O cientista político Otávio Soares Dulci (2002) apresenta uma tipologia dos modelos de desenvolvimento regional experimentados na história econômica brasileira: i) uma que corresponde à experiência paulista baseada em uma situação em que o mercado se constituiu de baixo para cima e é o vetor dinamizador do desenvolvimento econômico, alcançando uma autonomia relativa frente ao poder público; ii) regiões que se dinamizaram como um desdobramento das relações com a economia paulista. O impulso foi dado pelo mercado, mas a partir das pressões externas oriundas do crescimento econômico paulista (Paraná, Goiás, e Mato Grosso do Sul); iii) O caso do Nordeste e da Amazônia que se encontram em posição periférica frente ao núcleo dinâmico da economia nacional e apresentam baixo potencial de crescimento segundo a lógica do mercado. Nesse caso necessitariam de políticas públicas de incentivo e fomento ao desenvolvimento econômico financiados pelo Estado; iv) regiões que buscaram fórmulas intermediárias quanto à equação estado-mercado tais como Minas Gerais, Rio Grande do Sul (DULCI, 2002, p. 98).

A discussão sobre uma *problemática regional* relacionada aos temas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento no Brasil tomam forma com a obra clássica de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1959. Nesta obra, Furtado analisa três grandes ciclos de atividades econômicas do país e relaciona-os à dinâmica da ocupação territorial e da configuração econômica das “regiões” do país: Açúcar no Nordeste, ouro e diamante em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e o ciclo do café no sudeste (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo). Na obra de Furtado aparece pela primeira vez um diagnóstico da situação econômica e social da região nordeste amparada por uma análise que mostra que o subdesenvolvimento é o resultado de uma formação histórico-estrutural peculiares e não resultantes de problemas climáticos como a seca, por exemplo. Por outro lado, Furtado introduz na análise sobre o nordeste uma variante de

inspiração *cepalina*² que analisa a dinâmica econômica da “região” através da articulação de sua estrutura interna com o exterior e com a “região” centro-sul do país. Na análise de Furtado, as relações econômicas entre Nordeste e centro-sul resultariam num efeito de dupla transferência de renda da primeira para a segunda, o que bloquearia as possibilidades de industrialização do nordeste a partir de suas próprias bases³ (DINIZ, 2009). Posteriormente, em artigo escrito fora do país, em 1967, Celso Furtado elabora uma reinterpretação crítica dos principais pilares de sua teoria do desenvolvimento, teorias que nunca vieram a ser efetivamente aplicadas para formulação e execução de políticas públicas de desenvolvimento regional e integração nacional.⁴

Encarregado pelo presidente Juscelino Kubitschek de elaborar uma solução para o dramático problema social e econômico do nordeste, Furtado elabora um relatório no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, GTDN - que pode ser reduzida à quatro grandes linhas ou programas para alavancar o desenvolvimento da “região”: i) industrialização; ii) transformação da agricultura da faixa úmida; iii) transformação da agricultura do semiárido; iv) deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão (DINIZ, 2009, p. 239). Dificuldades de ordem política, econômica e social impediram a plena execução do plano elaborado por Furtado. De um lado as elites tradicionais temiam a perda de poder econômico e político para uma nascente burguesia regional. Além do mais as reformas de infraestrutura contidas no plano tinham o potencial de minar as bases sociais do poder econômico e político das oligarquias agrárias ao favorecer a distribuição de terras, água e facilitar a reforma agrária na região. Por outro o projeto de Furtado sofria boicote no congresso nacional e no campo intelectual recebendo críticas até de Gilberto Freyre, o “sociólogo da casa grande”.

² CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

³ “Por um lado os superávits comerciais do Nordeste com o exterior eram utilizados para financiar as importações da região centro-sul beneficiando estas últimas. O crescimento e a concentração industrial do centro-sul, a política cambial protecionista e a manutenção de uma economia primária no Nordeste faziam com que este importasse bens industrializados do centro-sul a preços bem mais altos que do exterior e exportasse alimentos e matéria-prima para estes. Adicionalmente a indústria tradicional do Nordeste havia sido afetada pela construção da rodovia Rio-Bahia, facilitando a penetração dos bens industrializados do centro-sul e devastando a indústria têxtil do Nordeste. Este duplo mecanismo de transferência de renda provocava um efeito sobre a economia nordestina semelhante ao efeito dos países centrais sobre a periferia” (DINIZ, 2009, p. 238).

⁴ i) Supera a noção de “região” substituindo esta categoria pela de *estrutura espacial*, demonstrando as várias articulações inter e intraterritorial no processo de desenvolvimento, o que nos ajuda a entender a complexa relação entre agentes e atores em dado território. ii) enfatiza o lugar da hierarquia de núcleos urbanos e das cidades e as suas inter-relações. iii) a compreensão de que as desigualdades de desenvolvimento econômico são resultado da forma como se introduzem e se distribuem as novas tecnologias produtivas e os processos de inovação industrial. iv) necessidade de um esforço interdisciplinar como caminho para formulação de uma teoria das estruturas espaciais (DINIZ, 2009, p. 243).

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI
Bruno Rogens Ramos Bezerra**

A grande questão a se debater é o padrão de relação existente entre Estado e Mercado em uma sociedade fortemente marcada por uma estrutura patrimonial de poder. No campo econômico prevalece o que Faoro (2001) denominou de *capitalismo politicamente orientado*:

O Estado não assume o papel de fiador e mantenedor de uma ordem jurídica impessoal e universal que possibilite aos agentes econômicos a *calculabilidade* de suas ações e o livre desenvolvimento de suas potencialidades; ao contrário, intervém, planeja e dirige o mais que pode a economia, tendo em vista os interesses particulares do grupo que o controla, o estamento. Não há 'regras do jogo' estáveis na economia, pois elas atendem ao subjetivismo de quem detém o poder político. Esse tipo de capitalismo adota do moderno mercado capitalista a técnica, as máquinas, as empresas, sem lhe aceitar, todavia, a 'alma' – a racionalidade impessoal e legal-universal (...). O capitalismo não brota espontaneamente na sociedade, mas vicia-se no estímulo e na tutela estatal: tire-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco ou nada sobrará, adverte Faoro (CAMPANTE, 2003, p. 153-154).

Tal discussão acaba apresentando uma polêmica de fundo histórico que consiste em compreender o processo histórico que levou Europa Ocidental e América do Norte a romperem com estruturas sociais, políticas e econômicas tradicionais e à constituir sociedades marcadas fortemente por formas representativas racionais de exercício do poder político e economias de mercado com ampla margem para calculabilidade e eficiência na gestão da empresa capitalista, como uma tendência de cunho universalista na história ou apenas como um caso peculiar de desenvolvimento histórico. É importante considerar tal polêmica, pois ela terá implicações nas posições de diversos autores na sociologia política brasileira quanto às características do desenvolvimento brasileiro. Jessé de Souza, por exemplo, critica o que ele chama de sociologia da inautenticidade⁵ que transforma o exemplo norte-americano como parâmetro de desenvolvimento histórico, quando na verdade é uma excepcionalidade do desenvolvimento ocidental.

A força do exemplo norte-americano, transformando exceção em regra, desemboca na crença da excepcionalidade paulista dentro da história nacional. A defesa da “são-paulinização” do Brasil perpassa a “sociologia da inautenticidade” e consolida-se na obra de Simon Schwartzman, cujo ponto central é a dicotomia entre São Paulo, com seu modelo político de representação, e o restante do Brasil, especialmente Nordeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com o modelo de cooptação baseado no patrimonialismo. São Paulo, por ser capitania pobre e esquecida no período colonial, teria tido a sorte de se livrar do abraço sufocante do patrimonialismo português e teria se configurado como um desenvolvimento comparativamente mais igualitário (CAMPANTE, 2003, p. 176).

⁵ Segundo Jessé de Souza, expressa nas obras de Raimundo Faoro (1998), Sérgio Buarque de Holanda (1995), Roberto da Matta, Simon Shartzman (1988) e outros.

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI
Bruno Rogens Ramos Bezerra**

Tal postura acabaria por interditar a possibilidade de compreender o processo de modernização da sociedade brasileira a partir de outros parâmetros de desenvolvimento político e econômico. Antes porém cabe destacar que,

Os fundamentos personalistas do poder, a falta de uma esfera pública contraposta à privada, a racionalidade subjetiva e casuística do sistema jurídico, a irracionalidade do sistema fiscal, a não profissionalização e a tendência intrínseca à corrupção do quadro administrativo de estado, tudo isso contribui para tornar a eficiência governamental altamente problemática no patrimonialismo, especialmente em comparação com a eficiência técnica e administrativa que Weber vê em um sistema de poder racional-legal-burocrático e, como tal eficiência é um dos atributos básicos do capitalismo moderno, todos esses fatores mencionados funcionam também como obstáculos à constituição plena do capitalismo em sociedades patrimoniais (CAMPANTE, 2003, p. 161).

A estrutura social e política, e o caráter da modernização de uma sociedade constituída sobre essas características tem gerado infindáveis polêmicas analíticas dentro da sociologia política brasileira. Explanarei brevemente sobre alguns deles que tem mais incidência para o problema aqui trabalhado. Elisa Reis (1982), por exemplo, observa que a vulnerabilidade do Estado aos interesses da oligarquia rural paulista na República Velha abriu caminho para a *modernização autoritária* conduzida pelo Estado no pós-30. Florestan Fernandes (1976), por sua vez, afirma que os grupos economicamente dominantes no país estão condicionados a três características básicas: i) fraqueza e dispersão histórica do setor popular; ii) heteronomia do capitalismo brasileiro, altamente dependente dos centros capitalistas internacionais e associado à seus interesses; iii) apropriação peculiar e ambígua das ideologias políticas estrangeiras do liberalismo e da democracia que não se reduz à imitações grosseiras, mas também não absorve completamente tais ideologias. Para Florestan, o liberalismo enquanto ideologia política tem um campo social restrito, tendo validade plena apenas entre uma elite, o senhoriato que seriam os “iguais”. Esse senhoriato, assim, tira vantagem tanto do moderno quanto do atraso e veicula um tipo peculiar de *democracia restrita*.

Ainda sobre Florestan Fernandes, cabe chamar atenção para o capítulo cinco de *A Revolução Burguesa no Brasil* (2004), chamado *A concretização da revolução burguesa*, em que, com uma clareza e genialidades impressionantes, chama atenção para os arranjos de poder oriundos da conformação de interesses entre os setores sociais e econômicos em disputa nos decisivos anos pré e pós 30.

O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um 'colapso', mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI**
Bruno Rogens Ramos Bezerra

e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade no Brasil e, praticamente separa a “era senhorial” (antigo regime) da “era burguesa” (sociedade de classes) (FERNANDES, 2004, p. 426).

Para Schwartzman (2004), a *revolução burguesa no Brasil* não se realizou por causa do papel marginalizado que a região portadora de um modelo de desenvolvimento econômico não baseado na cooptação autoritária patrimonialista teve na história política nacional. O certo é que o que a história política e econômica do Brasil no século XX mostrou foi o aprofundamento das desigualdades regionais tendo um vetor dinâmico de modernização econômica a partir do sudeste, regiões (sul e centro-sul) com dinâmicas econômicas associadas a este vetor, o Nordeste, figurando como região “*problema*” pelas condições geográficas, climáticas, sociais e econômicas, e a Amazônia como região estratégica para o futuro, mas fortemente marcada pelo isolamento geográfico. Essa configuração é reconhecida nas próprias formulações oficiais do governo brasileiro⁶ quando este reconhece que as desigualdades encontradas em território brasileiro são expressas por algumas características marcantes como: a) coexistência, em todas as grandes regiões, de sub-regiões dinâmicas, competitivas, com elevados rendimentos médios e de sub-regiões com precárias condições de vida e traços de estagnação; b) presença de dinâmicas microrregionais demográficas e de crescimento do PIB, caracterizando um território disperso e marcado pelo baixo crescimento econômico; c) no âmbito macrorregional, a expressiva diferenciação das variáveis, destacando dois padrões: 1. Norte e Nordeste e 2. Sul, Sudeste e Centro-Oeste; d) amplitude de níveis de rendimento entre sub-regiões, como a Amazônia e o semiárido em relação às demais regiões. (BRASIL, s.d., p. 11). Procederemos agora à análise dos principais indicadores destes desníveis de desenvolvimento, sempre enfocando comparativamente os índices maranhenses em relação aos índices da região nordeste e do Brasil e ao fim apresentando um breve quadro comparativo entre três estados do nordeste, Ceará, Pernambuco e Bahia.

MARANHÃO: POBREZA, “DESENVOLVIMENTO” E CRISE FISCAL

O Maranhão no século XXI é marcado pela inanição econômica e pelo controle quase que total da participação dos interesses das famílias dominantes nos maiores empreendimentos econômicos do estado. Para se fazer a genealogia dessa construção seria preciso partir dos atos de governo Sarney em 1966, como a lei de terras, a implantação da

⁶ Política Nacional de Desenvolvimento Regional elaborada pelo Ministério da Integração Nacional e instituída pelo decreto nº 6.047 de 22 de fevereiro de 2007.

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI
Bruno Rogens Ramos Bezerra**

Vale do Rio Doce e Alumar, no bojo do que ficou conhecido como os *grandes projetos*. Parte do resultado desse “projeto” para o Maranhão pode ser constatada nos vergonhosos indicadores sociais do estado, bem como os de acesso a bens e serviços básicos à população e os de acesso à infraestrutura básica de saneamento, analisados adiante.

A situação econômica e fiscal do Estado é outra agravante da situação social vivida pelos maranhenses. O importante aqui é reconhecer que tanto a situação social, quanto o “modelo econômico e de desenvolvimento” vigente no Maranhão nas últimas décadas é consequência de uma cultura política muito mais ampla do que meramente uma ou outra gestão de governo ou de perfil governamental. A cultura política resultante de décadas de vigência de uma estrutura política oligárquica e patrimonial não será superada apenas com boa vontade política. É preciso compreender o que está por trás e como pano de fundo: anos de atraso oligárquico com amplas repercussões em todos os âmbitos da vida social maranhense, desde a atrofiação da sociedade civil e dos movimentos sociais maranhenses, até a falta de democracia e liberdade nas formas de representação política; um parlamento fantasma, tanto em São Luís com os vereadores quanto no Maranhão com os deputados estaduais; a não estruturação de uma agenda de interesses corporativos da classe empresarial. Em suma, uma sociedade totalmente dependente das “benesses” do estado. Seguem abaixo alguns indicadores desta tragédia.

Segundo dados do IPEA (2007), no ano de 2009 o Brasil possuía cerca de 107 milhões de brasileiros vivendo em famílias com renda abaixo de até R\$ 465,00/mês. Destes, 8,7 milhões tem renda até R\$ 67,00 mensais; 17,5 milhões têm renda entre R\$ 67,00 e R\$ 134,00; e 80,8 milhões com renda entre R\$ 134,00 e R\$ 465,00 (IPEA, 2011, p. 3-4). A taxa de pobreza extrema (PE) e absoluta (PA) por regiões, em certo sentido, reproduz a dinâmica do padrão de acumulação da riqueza por região no país. Ou seja, quanto mais rica for a região, menor serão estes índices. Vejamos.

Ainda segundo o IPEA (2010), na região sudeste o índice de PA em 1995 era de 29,9%, o menor do país, mas em números absolutos ainda muito alto. Em 2008 esse índice caiu para 19,5%. O índice de PE nesta região em 1995 era de 13,6%, mais uma vez o menor do país. Em 2008 este índice caiu para 5,5%. Na região Nordeste, em 1995, o índice de PA era o maior do país com 69,8%, percentual que caiu em 2008 para 49,7%. O índice de PE no nordeste em 1995 era de 41,8% e em 2008 caiu para 24,9%.

Em relação a outros estados, o Maranhão apresentava, em 1995, a pior taxa de pobreza absoluta do país, com alarmantes 77,8% da população vivendo com até meio salário mínimo por mês (IPEA, 2010). Em 2008, mesmo depois de um período

significativo de execução das políticas de transferência de renda do governo federal, mais da metade da população maranhense ainda se encontrava em situação de pobreza absoluta com 55,9% (IPEA, 2010). Em relação à pobreza extrema, os números maranhenses mais uma vez ficaram aquém do desempenho nacional e do conjunto do nordeste. Em 2001 eram 25,3% da população em situação de pobreza extrema. Em 2009, 13,4%. No nordeste, estes números são de 21,7% para 11% e no Brasil de 10,5% para 5,2%.

Segundo dados do IBGE, a população do Maranhão gira em torno de 6.466.313 pessoas. Desse total, a população urbana representa 4.495.064 maranhenses e a rural 1.971.249; A taxa de urbanização é de 69,5 %, terceira menor dos oito estados nordestinos. A taxa de mortalidade infantil é de 36,5%, a segunda maior do nordeste. Os dados sobre a educação do maranhense também não são bons. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB aponta resultados ruins para a educação maranhense, comparativamente em relação ao nordeste e às taxas nacionais. O IDEB para o 4º ano do ensino fundamental é de 3,9; para o 8º ano do ensino fundamental é de 3,6; do 3º ano do ensino médio é de 3,2. Comparativamente e respectivamente, as taxas nacionais são: 4,6; 4,0 e 3,6. A taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos é de 23%, a quarta pior do nordeste e do Brasil. O analfabetismo funcional é de 40,5%, o terceiro maior do país.

Os dados sobre produção e renda também não são animadores. A população economicamente ativa representa 3.085.981 maranhenses. Destes, 2.852.853 estão ocupadas em atividades de trabalho, sendo: 42,9% em atividades agrícolas, 6,9% em atividades industriais, 5,7% em atividades da construção civil, 17,9% no comércio, 24% nos serviços, e 2,4% em outras atividades. O rendimento mensal médio do maranhense é o pior do Brasil com R\$ 396,80, enquanto que o maior, no Distrito Federal, é de R\$ 1.515,70.

Nos domicílios maranhenses, comparativamente, a situação também não é das melhores. Apenas 29,2% dos domicílios têm telefone fixo, segundo menor índice do Brasil; 2,8% têm acesso à internet, pior índice do Brasil, sendo que a média do nordeste é 7,3% e a do Brasil 26,6%. No Maranhão apenas 1,8% da população rural tem acesso a essa tecnologia. Apenas 67,2% têm água encanada, enquanto que a média do nordeste é de 85% e a do sudeste de 96,1%. Por sua vez, 14,5% das casas usam canalização externa (água de poço), segundo maior índice do Brasil. Apenas 13,9% dos domicílios têm rede de esgoto, segundo pior índice do nordeste. A coleta diária de lixo atinge 76,1% da população, quinto pior do Brasil.

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI**
Bruno Rogens Ramos Bezerra

Contudo, a verdadeira tragédia social maranhense encontra-se nas cidades do interior do estado. Se no estado como um todo houve um aumento real de 48.3% na renda domiciliar *per capita* entre os períodos de 2001 a 2009, na zona rural esse crescimento foi de apenas 22,8%, menos da metade, no mesmo período, passando de R\$ 162,75 em 2001 para R\$ 198,78 em 2009. Há que se afirmar ainda que em termos absolutos os números da renda domiciliar *per capita* maranhense representa uma das piores do Brasil. Tal discrepância chama atenção do relatório do IPEA sobre a Situação Social nos Estados. Sobre o Maranhão, o relatório assevera:

Por mais que se argumente que a economia das cidades é mais monetizada do que a rural, diferenciais tão acentuados de renda são, no mínimo, desafiadores para as políticas sociais. Em suma, apesar do melhor desempenho, em termos do crescimento de renda observado nos últimos anos, o Maranhão ainda apresenta patamares muito inferiores ao nacional, sendo que, na zona rural, a situação chega a ser mais precária (IPEA, 2012, p. 15).

Uma das sínteses que expressa essa verdadeira tragédia social é o mapa do IDH do nordeste elaborado pelo IPEA a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (IPEA, 2012). Nele se observa uma ampla faixa territorial do estado classificado como de *IDH muito baixo*:

Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI
Bruno Rogens Ramos Bezerra

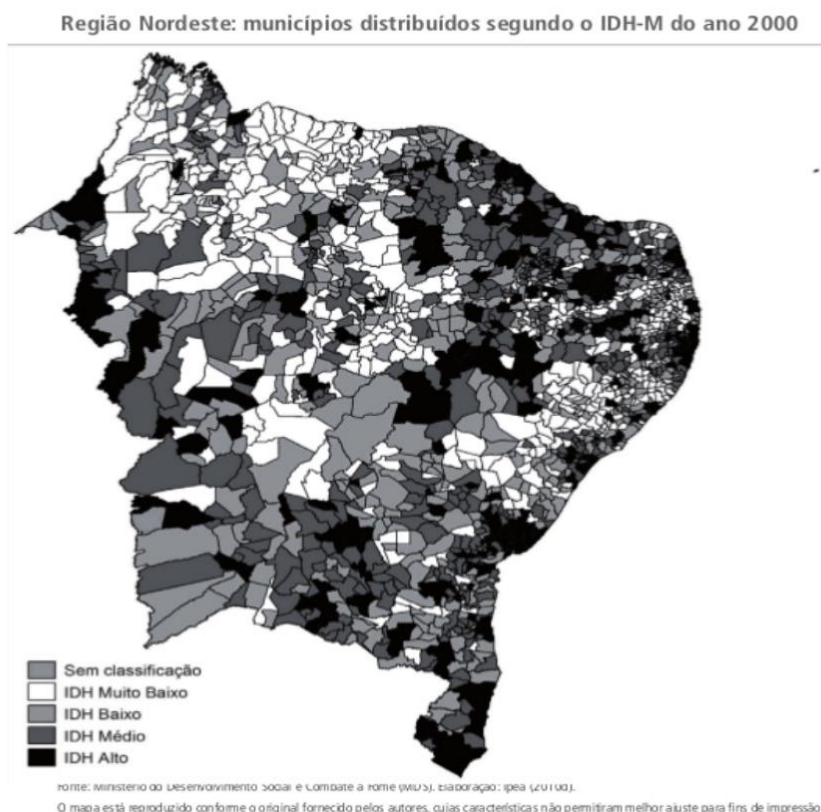


Figura 1: Classificação dos municípios nordestinos segundo o IDH.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Combate à Fome/IPEA.

O Produto Interno Bruto – PIB do país gira hoje em torno de R\$ 3,239 trilhões. Desta monta, 57% se encontram na região sudeste, 16,27% na região sul, 13,22% na região nordeste, 8,66% na região centro-oeste e 5,07% na região norte (IPEA, 2012). O PIB maranhense, de aproximadamente R\$ 39 bilhões, representa o 16º maior dentre os estados do Brasil, equivalendo a 1,2% do montante total do PIB brasileiro. Analisando a composição geral do PIB maranhense observamos que o setor de serviços responde por 63,5% do total. Destes, 20,7% advém dos gastos da administração pública com saúde e educação e 14,6% advém do comércio e serviço de manutenção e reparação. Do montante global, a Agropecuária responde por 18,6% do PIB maranhense com destaque para a agricultura, silvicultura, e exploração florestal. A indústria responde por 17,9% do PIB maranhense com destaque para a indústria de transformação (IMESC, 2008). Os dados da economia maranhense demonstram que o estado apresenta uma *vulnerabilidade estrutural* que a torna extremamente dependente da transferência de recursos federais, sobretudo àquela diretamente ligada à arrecadação de impostos e contribuição fiscal, de grande sensibilidade ao ciclo econômico, como é o caso dos fundos de participação e das contribuições sociais.

Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI
Bruno Rogens Ramos Bezerra

Some-se a isso, o quadro fiscal do Estado do Maranhão agravado com o estrangulamento da dívida pública que encaminha-se para tornar-se insustentável.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal (2012) do Estado do Maranhão, divulgado pela Secretaria de Planejamento e Orçamento, a relação dívida pública/receita corrente líquida em 2001 era de 210%. Ou seja, seria necessário mais de duas vezes o valor da receita líquida corrente naquele ano para saldar toda a dívida pública maranhense. Essa proporção recuou gradativamente de 2001 até 2011, chegando neste ano ao patamar de 32%. Essa tendência de queda foi rompida agora com os desequilíbrios fiscais e de gestão observados nos últimos anos. Em 2012, essa proporção subiu para 39,16% (Relatório de Gestão Fiscal 2012, SEPLAN, 2013, p. 7). Sobre a crise da dívida pública maranhense, o estudo realizado por Gomes & Rêgo (2011) observa:

Após constataremos um comprometimento elevado da receita do Estado com o pagamento de juros e amortização da dívida pública, procuramos investigar a origem desse endividamento. Usamos como referência o levantamento feito pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da dívida pública de todos os empréstimos autorizados pelo Senado (GOMES & RÊGO, 2011, p. 60).

O estudo citado apresenta, então, o volume da dívida contraída pelo estado de 1972 a 1998, perfazendo um total de US\$ 756,8 milhões emprestados. Somados aos empréstimos contraídos recentemente por Roseana Sarney, o total bruto da dívida pública maranhense aproxima-se de quatro bilhões de dólares. Abaixo a distribuição dos empréstimos contraídos por governo a partir da década de 1970.

Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI
Bruno Rogens Ramos Bezerra

Tabela 1 – Empréstimos contraídos pelo Estado do Maranhão (milhões/dólares).

	Pedro Neiva de Santana (1971-1975)	João Castelo (1979-1982)	Luís Rocha (1983-1987)	Roseana Sarney (1994-2002 / 2009...)
1972	10	-	-	-
1979	-	40	-	-
1980	-	30 + 20	-	-
1981	-	30	-	-
1983	-	-	15	-
1984	-	-	50 + 110	-
1985	-	-	55	-
1986	-	-	47 + 40,8	-
1994	-	-	-	79
1998	-	-	-	80
2012	-	-	-	3,8 bilhões
Total	10	120	317,8	3,959 bilhões

Fonte: Gomes & Rego, 2011, p. 60. Org.: BEZERRA, B. R. R; 2015.

Em 2002, após duas gestões de Roseana Sarney à frente do executivo estadual e posteriormente à década da “*experiência*” neoliberal brasileira liderada pelo PSDB, a dívida consolidada do estado do Maranhão aproximava dos R\$ 5 bilhões. Apenas a partir de 2010 é que a dívida maranhense começa a recuar como se observa no gráfico 1.

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI**
Bruno Rogens Ramos Bezerra

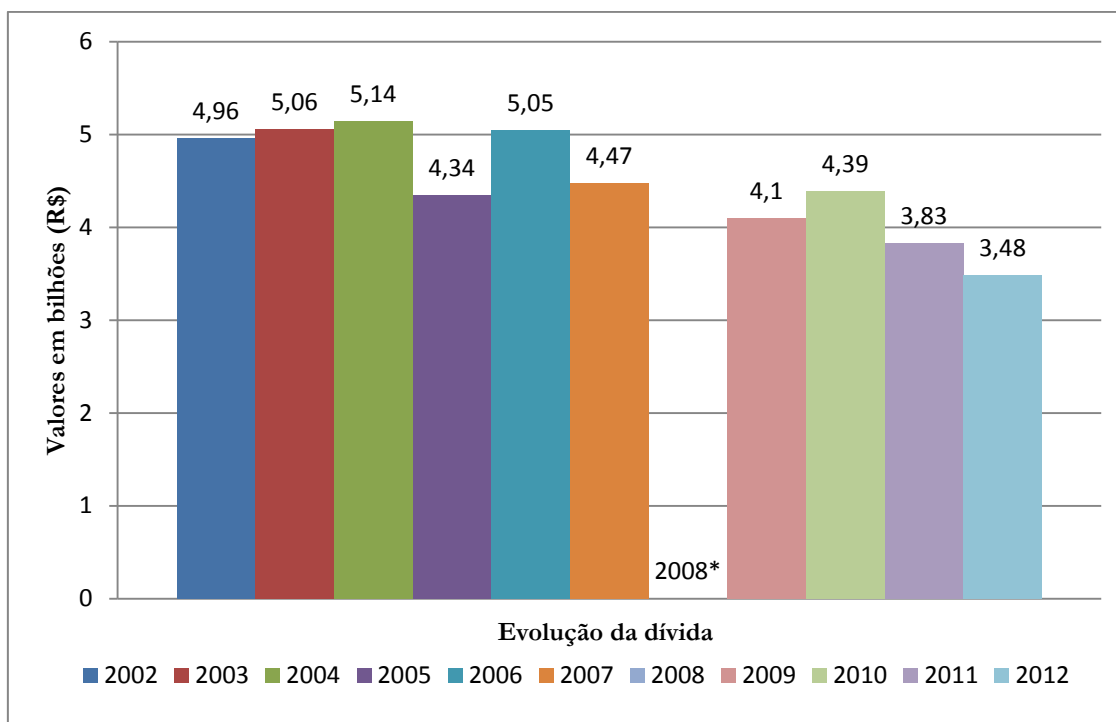


Gráfico 1 – Evolução da dívida consolidada líquida (DCL*) do estado do Maranhão.

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (2002-2012) – SEPLAN-MA.

* Os relatórios divulgados pelo site da SEPLAN não apresentam o ano fiscal de 2008.

** A DCL é o resultado da Dívida Consolidada menos as deduções de pagamento da dívida.

O agravamento da situação fiscal do Maranhão é consequência direta do modelo de desenvolvimento econômico planejado para o estado. Mais ainda, é consequência da inépcia em conseguir traduzir o que estava nos relatórios de planejamento de vários governos, desde a década de 1960 até os dias de hoje, em ações governamentais que incidissem diretamente na realidade da dinâmica econômica do Maranhão, impulsionando vocações econômicas e criando uma dinâmica econômica a partir do mercado interno. Vejamos alguns destes “marcos do planejamento econômico” no Maranhão.

- 1958, governo João de Matos Carvalho (1957-1961): criação da *Comissão de Planejamento Econômico do Maranhão* (Copema).
- 1959, ainda governo João de Matos Carvalho: *Plano de Recuperação Econômica do Estado* (Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado)
- 1961-1966, governo Newton Bello: *2º Plano Estadual de Desenvolvimento Econômico*.
- 1966-1971, governo José Sarney: *3º Plano Estadual de Desenvolvimento Econômico*
- 1971-1975, governo Pedro Neiva de Santana: *4º Plano Estadual de Desenvolvimento Econômico*.
- 1975-1979, governo Nunes Freire: *5º Plano Estadual de Desenvolvimento Econômico*.
- 1979-1982, governo João Castelo: *6º Plano Estadual de Desenvolvimento Econômico*
- Governos Luiz Rocha (1983-1986), Eptácio Cafeteira (1987-1990) e Edson Lobão (1991-1994): Apresentaram planos de governos genéricos.

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI**
Bruno Rogens Ramos Bezerra

- 1995-2002, dois governos de Roseana Sarney: Foram apresentados os dois primeiros Planos Plurianuais, PPA's de investimentos do governo do Estado.⁷
- 2003-2006: PPA do governo José Reinaldo Tavares.
- 2007-2009: PPA do governo Jackson Lago. (Fonte: SOUSA, 2001, p. 203-206)

Foram décadas de decadência econômica que transformaram o Maranhão num celeiro de más notícias econômicas, políticas, sociais e ambientais. Mais uma vez, um mapa elaborado, agora pelo Ministério da Integração Nacional, dá a dimensão do flagelo social e econômico maranhense (**figura 2**).

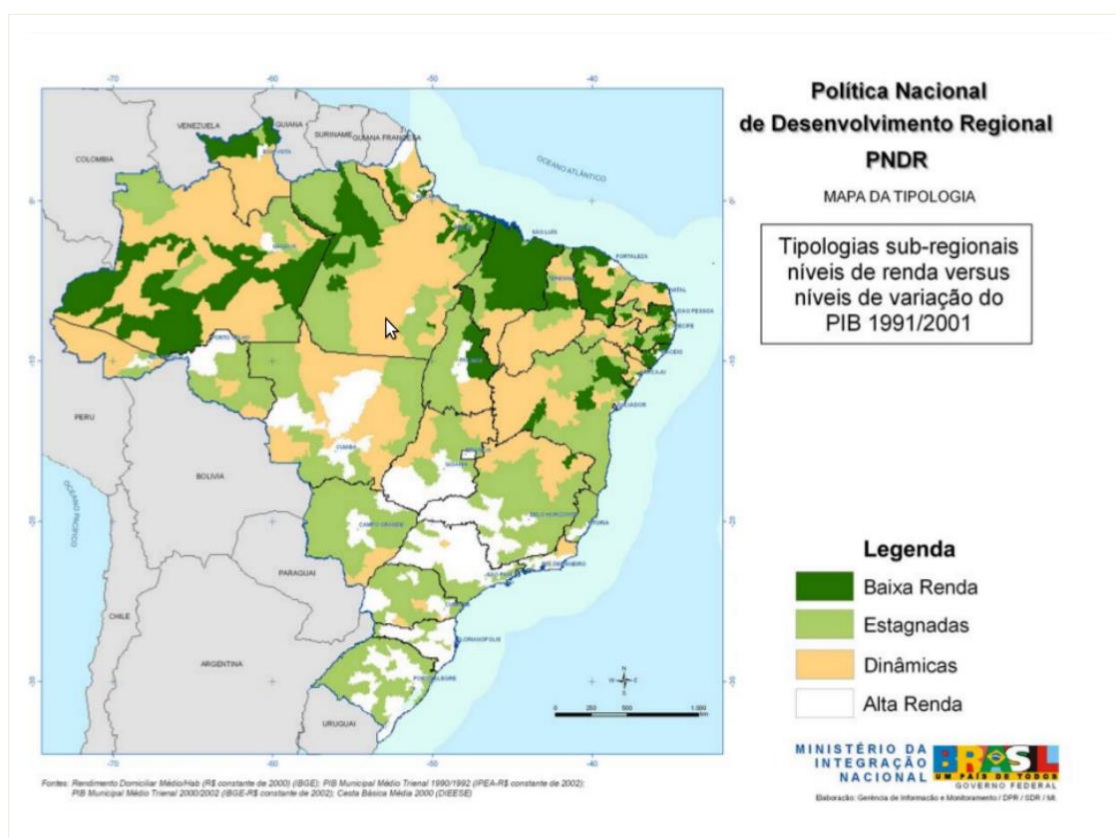


Figura 2 – Classificação das regiões brasileiras segundo rendimento domiciliar médio.
Fonte: Ministério da Integração Nacional.

Tal mapa divide o país em diversas microrregiões classificadas em quatro categorias em função do cruzamento dos índices de rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB *per capita*. O rendimento domiciliar médio retrata a riqueza relativa da população e o PIB *per capita* retrata o potencial relativo de crescimento, observando a dinâmica de evolução do PIB a partir da década de 1990. Classificaram-se, então, as microrregiões em

⁷ Tal instrumento se tornou obrigatório com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Constituição Estadual de 1989.

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI**
Bruno Rogens Ramos Bezerra

*baixa renda*⁸, *estagnadas*⁹, *dinâmicas*¹⁰ e de *alta renda*¹¹. Como se observa, mais da metade do território maranhense apresenta condições classificadas como de *baixa renda*. Uma porção à oeste concentra uma área classificada como *estagnada*. Assim, o modelo político e econômico oligárquico condenou de fato o estado à miséria. Mesma classificação na qual se encontra a capital do estado, a cidade de São Luís. A única faixa considerada como *dinâmica* corresponde às localidades situadas na região sul.

É interessante observar que diversas capitais nordestinas são classificadas como de alta renda, como Fortaleza, Recife, Salvador, João Pessoa, Maceió e Aracaju. Nenhum dos estados nordestinos apresenta uma área de baixa renda tão significativa como a do Maranhão. A comparação com outros estados do nordeste é reveladora de alguns parâmetros para refletirmos sobre a situação de atraso em que se encontra o estado do Maranhão. O Ceará possui 148.825,6 km², a maioria deste dentro do semiárido nordestino. Em 2012, seu PIB foi R\$ 94,65 bilhões e a dívida consolidada líquida de R\$3,69 bilhões. Pernambuco ocupa uma área de 98.311 km², também com a maior parte dentro do semiárido. Seu PIB em 2009 foi de R\$ 78,42 bilhões e a dívida consolidada líquida de R\$ 4,56 bilhões. A Bahia possui uma área de 567.295 km², maior parte dela também no semiárido, PIB de R\$ 154 bilhões e dívida consolidada líquida de 9,05 bilhões. Tais estados expressam realidades econômicas dinâmicas e modelos políticos que acompanharam em certo sentido os processos de abertura e democratização do poder pós 1988. Além de aproveitar a sua inserção em ciclos de desenvolvimento dirigidos por alguma dinâmica externa ao estado ou aproveitando os ciclos recentes de expansão econômica nacional, formularam minimamente um planejamento econômico estratégico aproveitando as oportunidades da nova economia globalizada ou as próprias potencialidades legadas pelas vocações econômicas locais, como o turismo, por exemplo. Recife possui hoje um dos polos mais exitosos do mundo em incentivo à produção de *softwares*, à economia criativa, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, o Porto Digital. Salvador e Fortaleza possuem atrativos turísticos significativos, gerando uma grande demanda de voos internacionais semanais.

Analisando uma experiência no Ceará quanto à execução de políticas de desenvolvimento relacionadas ao modelo político Birkner (2008) observa.

⁸ Regiões de baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo.

⁹ Regiões com rendimento domiciliar médio, com baixo crescimento econômico, caracterizando dinamismo econômico no passado.

¹⁰ Regiões com rendimento médios e baixos, que apresentam dinâmica econômica significativa.

¹¹ Possuem alto rendimento domiciliar por habitante, independente do dinamismo observado (2012, p.14-15).

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI**
Bruno Rogens Ramos Bezerra

No caso cearense, há um processo virtuoso de continuidade de um conjunto de ações governamentais. Se esse mencionado conjunto começa a se delinear a partir da implantação do *Plano de Desenvolvimento Sustentável em 1995* (grifo acrescentado), continuando até 2006, é preciso considerar um importante aspecto: desde 1987 o mesmo partido administra o Executivo Estadual. Esse aspecto pode lançar luz sobre o relativo sucesso de políticas públicas de descentralização e promoção do desenvolvimento, uma vez que tornaria forte a explicação para políticas de continuidade e seu êxito. Essa diligente dinâmica de descentralização e desenvolvimento local-regional no Ceará tem dependido de um consenso mínimo intra-partidário. As escolhas racionais do grupo político majoritário pela permanência no poder se destacam da forma oligárquica tradicional (BIRKNER, 2008, p. 302).

No caso maranhense há um agravante para a compreensão do raciocínio acima, pois as quase cinco décadas de domínio do grupo político liderado por José Sarney não resultaram em *continuidade e êxito de execução em políticas públicas*. O que cabe enfatizar aqui é o modelo político e não os ocupantes ocasionais da cadeira de governador de estado, pois o que se observa é a reprodução da estrutura oligárquica e as consequências nefastas desta para a ordem econômica e social do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a estabelecer a relação entre estrutura política e situação social no Estado do Maranhão. Neste início de milênio e no momento em que assume um novo governo afirmando derrotar a família Sarney e “proclamando a república no Maranhão”, as grandes questões que se aventam são: O que Flávio Dino fará da estrutura oligárquica? Irá reordená-la entronizando-se como novo chefe político? Irá aprofundar a crise intraoligárquica iniciada com a saída de José Reinaldo do núcleo do sarneísmo? Ou irá encaminhar o aprofundamento da democratização das relações políticas mais amplas e um intercâmbio mais livre de fluxos de poder na esfera pública? A essas perguntas, só a história poderá responder.

REFERÊNCIAS

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: um estudo comparativo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 297-311, jun. 2008.

Brasil. DECRETO Nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm>.

Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI
Bruno Rogens Ramos Bezerra

CABRAL, Wagner. “Pelo sapato furado”: bipolarização e reestruturação oligárquica da política maranhense. In: _____. **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**, São Luís: EDUFMA, Instituto Ekos, 2009.

_____. A bomba suja: crise, corrupção e violência no Maranhão contemporâneo (2004-2009). In: _____. **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**, São Luís: EDUFMA, Instituto Ekos, 2009.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, 2003, p. 153-193.

DULCI, Otávio Soares. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 18, p. 95-107, jun. 2002.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1974.

GOMES, José Menezes; RÊGO, Jessé Sales. A execução orçamentária do Maranhão, de 1988 a 2009: uma análise preliminar. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís: EDUFMA, v. 18, n. 2, maio/ago. 2011.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas: informações demográficas e socioeconômica**. Rio de Janeiro, n. 27, 2010.

IMESC. **Indicadores de conjuntura econômica do Maranhão**. São Luís, IMESC, 2008.

IPEA. **Situação Social nos Estados: Maranhão**. Brasília: IPEA, 2012.

IPEA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado do Brasil. **Comunicados do IPEA**, n. 58, 13 de jul. 2010.

IPEA. Mudanças recentes na pobreza brasileira. **Comunicados do IPEA**, n. 111, 15 de set. 2011.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARANHÃO. **Portaria nº 007/13 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012**. SEPLAN DE 28 DE JANEIRO DE 2013.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica**. São Luís: EDUFMA, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

**Patrimonialismo e pobreza:
aproximações entre estrutura política e realidade social no Maranhão no início do século XXI**
Bruno Rogens Ramos Bezerra

SOUSA, Jhonatan Uelson Pereira. Alguns desafios ao planejamento e desenvolvimento do Maranhão, Brasil: Contexto histórico, obstáculos e estratégias de superação. São Luís: **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, v. 2, n. 3, p. 185-230, jul./dez. 2011.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Editora Imprensa Oficial, 2004.

Recebido para publicação em 12/01/2015

Aceito para publicação em 10/04/2015